

---

# ENUNCIÇÃO

REVISTA DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFRRJ

---

## Por que a poesia é superior à história??? (Um breve ensaio sobre a *Poética* 9)

José Nicolao Julião\*

**Resumo:** No presente artigo, se tem por objetivo examinar a passagem da *Poética* de Aristóteles na qual ele compara a história à poesia, atribuído à última mais filosofia e seriedade devido ao seu caráter universal, apoiando-se nas interpretações de alguns renomados comentadores ingleses.

**Palavras-chave:** Aristóteles, poesia, história, universal

**Abstract:** In the present article, one examines the passage from Aristotle's *Poetics* in which he compares history to poetry, attributed the latter more philosophy and graver import due to its universal character, relying on the interpretations of some renowned English commentators.

**Keywords:** Aristotle, poetry, history, universal

A *Poética* (*perì poietikés*) é um dos textos de Aristóteles mais bem sucedidos em sua transmissão e recepção, mesmo sendo uma obra limitada em extensão e fragmentada, de estrutura problemática - que se excede em relação às outras obras aristotélicas -, sem protótipo<sup>1</sup> e sendo a maior parte do seu texto sobrevivente dedicado apenas a um gênero de

---

\* Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFRRJ.

<sup>1</sup> Grande parte do texto da *Poética*, como se sabe, se perdeu e nessas parcelas perdidas, Aristóteles teria tratado de outros gêneros poéticos, além disso, o que sobreviveu e é considerado como fonte protótipo para as traduções e estudos modernos não é um texto propriamente original, mas são textos que estão separados do seu autor por mais de mil anos. Trata-se de: dois códices em grego o *Parisinus Graecus* 1741 (A), do final do século X, início do XI e o *Riccardianus* 46 (B), geralmente datado século XIII ou XIV; a tradução latina de Wilhelm von Moerbeke do século XIII; e a tradução árabe-siriaca do século IX ou X.

poesia - a tragédia. A *Poética* desde os seus primeiros comentários renascentistas<sup>2</sup> até os dias atuais alimenta um entusiasmo em torno dos temas que ela evoca a discussão no âmbito da estética, da dramaturgia, da filologia, da ética. Entretanto, do ponto de vista estritamente filosófico, as suas questões mais fecundas dizem respeito: à universalidade da poesia; à qual tipo de ação a tragédia é uma imitação?; e qual é finalidade da tragédia? O meu objetivo é analisar a primeira dessas questões, focando a polêmica passagem da *Poética* (9. 1451a36 - b10), na qual, Aristóteles estabelece uma distinção entre a poesia e a história, dando mais valor a escrita da primeira em detrimento da segunda, devido ao grau de universalidade que implica o seu saber, diz o Estagirita:

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo o **provável** (*to eikos*) ou o **necessário** (*to Anankeon*). Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) - diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro, as que poderiam suceder. Por isso, a poesia é algo mais filosófico e **sério** (*spondaioteron*) do que a história, pois se refere aquela principalmente ao **universal** (*katholou*) e esta ao particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que por liame de necessidade e probabilidade, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa à poesia, ainda que nome aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibiades ou que lhe aconteceu.<sup>3</sup>

Digo “polêmica passagem”, devido a pelo menos dois motivos. O primeiro, a meu ver, menos relevante, entretanto foi o que, *prima facie*, chamou-me a atenção e levou-me a este estudo, devido ao meu interesse intelectual sobre temas referentes à Filosofia da História. E Aristóteles, nessa passagem magistral da sua *Poética*, faz uma forte crítica

---

<sup>2</sup> Feitos pelo renascentista humanista Francesco Robortello (1516–1567)

<sup>3</sup> Utilizo-me da tradução portuguesa da *Poética*, de Aristóteles, feita por Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998, e da tradução inglesa de Stephen Halliwell, *The Poetic of Aristotle*. Sixth printing. [Chapel Hill]: The University North Carolina Press, 1987. Ambos traduzem *spondaioteron* respectivamente por sério e *serious* e *kathalou* por universal e *universal*. Entretanto, no que se refere ao termo *to eikos*, Eudoro, seguindo uma tradição neo-latina, traduz por verossímil e Stephen Halliwell, dentro de uma tradição anglo-saxônica, traduz por *probable* (provável). Adotamos a opção do tradutor inglês por nos parecer uma tradução mais apropriada à linguagem filosófica, mais coerente ao rigor dos textos aristotélicos, sendo verossímil mais adequado ao campo literário, fora o parentesco linguístico com a imitação (*mimese*), sob o qual a sua extensão conceitual é abarcada.

inaugural, dentro da grande tradição filosófica, à historiografia, ao historicismo que se manteve e se mantém ainda hoje, como uma referência tanto para aqueles que pretendem invalidar o rigor epistemológico do método histórico quanto para aqueles que pretendem erguer um discurso objetivo sobre ele<sup>4</sup>. Como exemplos da primeira posição crítica, podem-se destacar as corrosivas censuras de Descartes, Schopenhauer, Edmund Husserl e Karl Popper ao historicismo. Descartes, na primeira parte, de seu *Discurso do Método*<sup>5</sup>, diz que o estudo das letras (as línguas, a geografia, a história) em oposição aos estudos com base na matemática, é adquirido sem nenhum discurso de razão, está ancorado na memória. Schopenhauer, no difundido capítulo 38, da segunda parte de sua obra *O Mundo como Vontade e Representação*<sup>6</sup>, intitulado “Sobre a História (*Über Geschichte*)”,<sup>7</sup> fazendo eco a Aristóteles, questiona se a História pode ser considerada uma ciência. Operando uma distinção entre ciência e saber, dando mais valor àquela do que a este, afirma que a história é:

...um saber, não uma ciência, pois nunca conhece o particular pelo geral, senão que *a fortiori* toma diretamente o fato individual e se arrasta, por assim dizer, pelo solo da experiência, enquanto que as ciências desenvolvem o seu vôo pelo alto, em virtude de ter vastas noções gerais, que as servem para dominar o particular, e podem, ao menos dentro de certos limites, abarcar de relance a possibilidade das coisas mesmas de seu domínio, de maneira que podem contemplar com tranquilidade o que pode acontecer. As ciências, como sistema de noções gerais que são, só tratam de gêneros; a história trata sempre de coisas individuais, desse modo, conceder-lhe caráter científico, seria admitir uma ciência do indivíduo, o que implicaria uma contradição.<sup>8</sup>

A crítica husserliana ao historicismo encontra-se, de modo incipiente, nos *Prolegomena* (1900) e mais desenvolvidamente no artigo *Philosophie als strenge Wissenschaft* (1911). A crítica incide, sobretudo, devido ao método histórico cair num relativismo, em razão de conceber um sistema categorial em geral como consistindo de uma

---

<sup>4</sup> Cf. como exemplos de autores que censuram a crítica de Aristóteles à historiografia: Collingwood, R.G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press.1946, 25–28, 42–43; Finley, M. “Myth, Memory, and History.” 11–33 in *Use and Abuse of History*. New York: Penguin.1987, 15; Ostwald, M. “Tragedians and Historians.” *Scripta Classica Israelica*. 2002. 21. P. 9.

<sup>5</sup> *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980. Cf. p. 30.

<sup>6</sup> A primeira edição da obra é de 1819, na segunda edição de 1844, foi acrescentada a segunda parte da obra.

<sup>7</sup> Esse cap. serve de apêndice ao § 51 da primeira parte.

<sup>8</sup> *Die Welt als Wille und Vorstellung* II, cap. 38. Utilizo-me aqui da edição Werke in Fünf Bänden. Zürich, Haffmans Verlag, 1988. V. II, p. 511.

visão de mundo histórico-culturalmente determinada, isto é, como tendo validade objetiva apenas relativamente a uma época histórica. Por isso, a racionalidade historicista seria ela mesma uma formação cultural contingente que não pode reivindicar validade objetiva, caindo assim, em um relativismo cético que se autorrefuta. Husserl caracteriza o Historicismo com base na seguinte observação geral à filosofia de Dilthey:

... a teoria do desenvolvimento [enquanto teoria da evolução das ciências naturais interligada com o conhecimento do desenvolvimento histórico das configurações da cultura] está ligada necessariamente com o conhecimento da relatividade das formas de vida históricas. Sob a perspectiva que abarca o mundo e todo o seu passado, desaparece a validade absoluta de qualquer uma das formas particulares de conformação da vida, de religião, de filosofia. Assim, a formação da consciência histórica arruína (...) a crença na validade universal de qualquer uma das filosofias.<sup>9</sup>

A crítica de Popper ao historicismo é destacada em seu livro *The Poverty of Historicism* (1957), a tese fundamental do livro é a de que a crença no destino histórico é pura superstição e de que não há como prever, com os recursos do método científico ou de qualquer outro método racional, o caminho da história humana. Sendo, portanto, o historicismo, para Popper, um método pobre que não produz fruto algum.<sup>10</sup>

No entanto, esse primeiro interesse imediato pela propalada passagem da *Poética* se dissipou quando percebi que a valorização do antagonismo entre os gêneros da história e da poesia faz perder de vista os princípios expositivos que Aristóteles adota. Saber por que a história não é filosófica ou se está restrita a narrar eventos particulares são perguntas, para mim, agora, que estão fora de discussão, pois, o filósofo não pretendia com a *Poética* 9 criticar a história<sup>11</sup>. Inclusive, há quem defenda, o que é mais interessante, que a *Poética* 9

---

<sup>9</sup> *Philosophie als strenge Wissenschaft* (1911). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1965. P. 50. Sobre a crítica de Husserl ao historicismo cf. Teixeira Filho, D. A. “Prolegômenos” à Crítica Husserliana ao Historicismo. In *Cadernos de Ética e Filosofia Política* (USP), v. 8, p. 119-129, 2006.

<sup>10</sup> Cf. Popper (2002), Preface, p. XI.

<sup>11</sup> Carli, S. diz que quando Aristóteles deseja avaliar a gênese epistêmica da história, por exemplo, nos escritos biológicos, na *Constituição de Atenas* e na *Retórica*, ele tem muito mais a dizer do que sugeririam as interpretações errôneas da *Poética* 9. Cf. “Aristotle on the Philosophical Elements of *Historia*.” *Review of Metaphysics*, 65. 2011. P. 321–349.

parece abrir a porta para poemas com enredos históricos.<sup>12</sup> Os intérpretes dessa passagem que se deixam levar pelo antagonismo entre história e poesia muitas das vezes não conseguem apreciar o princípio expositivo que rege a *Poética* ao longo dos capítulos, de 6 a 12, que começa com uma definição de tragédia e, em seguida, elucida os termos dessa definição por meio de uma série de justaposições. A justaposição entre poesia e história é uma dessas instâncias que procura elucidar que tipo de trama exemplifica uma unidade causal tal como os eventos de uma peça se desenrolam com probabilidade ou necessidade. Portanto, as observações de Aristóteles em *Poética* 9 sobre a natureza filosófica da poesia explicam, em contraste com a história, como um enredo dramático deveria ser organizado, especificamente que o seu universal poético deveria estar de acordo com o que é provável ou necessário. Neste ponto se situa o segundo motivo polêmico da minha análise.

O segundo motivo polêmico é mais abrangente e mais técnico, ele diz respeito à própria filosofia de Aristóteles, exigindo do leitor certa compreensão do conjunto do *opus* aristotélico. É bastante conhecida e difundida a divisão das ciências estabelecida pelo filósofo, tanto na *Metafísica* quanto na *Ethica Nicomachea*, onde se diz que: “Todo pensamento é prático, produtivo ou teórico”.<sup>13</sup> As ciências produtivas, segundo o filósofo, são aquelas que visam às técnicas de bem-estar, o prazer da aprendizagem é a sua mais importante marca. As ciências práticas têm a contemplação ou a atualidade da sabedoria prática como o principal componente da *eudaimonia*, que é a meta dessas ciências. As ditas ciências teóricas teriam como finalidade o conhecimento da verdade. Em outras palavras, para o Estagirita: as ciências produtivas são as que cuidam da fabricação de artefatos e, apesar dele ter mencionado, no conjunto de sua obra, várias ciências desse grupo, a *Retórica* e a *Poética* são seus únicos escritos que sobreviveram neste domínio; as ciências práticas, por sua vez, se ocupam da ação e do modo pelo qual os homens devem agir nas mais variadas circunstâncias, os escritos do filósofo sobre ética e política são suas maiores contribuições no âmbito dessas ciências; as ciências teóricas não têm por finalidade nem a

---

<sup>12</sup> Cf. sobre o serviço que a *Poética* 9 presta aos chamados enredos históricos Thornton C. Lockwood “Aristotle on the (Alleged) Inferiority of History to Poetry”. In: *Reading Aristotle: Argument and Exposition*. Edited by William Wians and Ron Polansky. Boston: Brill, 2017. P. 315-333. Para Lockwood, *Poética* 9, em vez de criticar ou depreciar a história, quando entendida dentro do seu contexto mais amplo, a passagem incorpora a história ao repertório do poeta.

<sup>13</sup> Cf. *M*, 1025b25 e *EN*, VI, 1139b 6-17, 1141b 8-22.

produção nem a ação, mas simplesmente a verdade, a matemática, a física e a filosofia primeira atendem a essas exigências, pois tratam dos primeiros princípios e das primeiras causas de tudo que é necessário e universal. Portanto, para Aristóteles são os graus de universalidade que comandam os graus de cientificidade, isso parece claro, sobretudo no que concerne às ciências teóricas, como pode ser constatado na tão recorrida passagem da *Metafísica*, 982a22, na qual se atribui à Filosofia o *status* de Ciência Primeira, devido o seu saber ser o mais universal. Os critérios rígidos de cientificidade, baseados em um padrão matemático, também, são expostos e estabelecidos, por Aristóteles, em os *Analíticos Posteriores*<sup>14</sup>. Por esse motivo, para o filósofo as leis das ciências práticas e produtivas não podem ser demonstradas *more geometrico*, que seria uma exclusividade das ciências teóricas. Porém, até mesmo a física, ciência teórica, ficaria impossibilitada desta demonstração devido ao seu objeto, inevitavelmente, ter, enquanto objeto físico, uma dose de indeterminação avessa ao conceito e ao universal estrito. E esta dose de indeterminação, por ínfima que seja, obriga-nos a recorrer às generalizações, abandonando as universalizações estritas, não por razões meramente epistêmicas, mas por motivos de fundo ontológico.

Todavia, para Aristóteles, no lugar da estrita universalidade do tipo “todo A é B”, aplicada à matemática, à filosofia primeira e também com precaução à física, as outras ciências só podem apresentar leis sob a forma de generalizações do tipo “a maior parte dos F é G”. Aristóteles refere-se a este tipo de generalização pela expressão *hôs epi to polu*, “no mais das vezes”, por exemplo: as pessoas de mesmo nível e idade “nos mais das vezes são de sentimento e caráter similares”<sup>15</sup> ou ainda como aparece na *Poética* 7: “Fim, ao invés, é o que naturalmente sucede a outra coisa, por necessidade ou porque assim acontece no mais das vezes.”<sup>16</sup>

Por isso, nos parece polêmico o uso da expressão: “... a poesia é algo mais filosófico e sério que a história; aquela enuncia verdades universais; esta narra fatos particulares”,

<sup>14</sup> Cf. sobretudo, a partir de II 1-6, onde, Aristóteles introduz os quatro tipos de questões que correspondem aos tipos de coisas que podemos conhecer.

<sup>15</sup> *EN*, VIII 13 1161a26-27. Sobre essa questão cf. o artigo de Marco Zingano - o qual nós seguimos aqui *ipsis litteris* -, “Lei moral e escolha singular na ética aristotélica”. In: *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

<sup>16</sup> *Poética* 7. 1450b30.

dado que, nos parece, *prima facie*, inadequado a atribuição de universalidade à poesia, uma ciência produtiva. Essa é, sem dúvida, uma das aporias de maior dificuldade para ser esclarecida no âmbito da *Poética*, além de assinalar também uma atitude divergente do Estagirita em relação ao mestre – muito explorada pelos comentadores e que por si só já é por demais polêmica -, pois é bastante difundida a posição crítica de Platão, principalmente, nos livros III e X da *República*, em relação às considerações sobre a mimese dos poetas, dado que a poesia teria como corolário a corrupção espiritual da cidade. Entretanto, para Aristóteles a função da poesia estaria justificada em respeito às leis da probabilidade e da necessidade, não objetivando falsear uma determinada ação, mas tão somente representá-la conforme deveria se dar o seu desfecho natural.

A afirmação de Aristóteles de que a poesia é algo mais filosófico e sério que a história e a sua descrição do universal poético têm sido fonte de muita discussão acadêmica<sup>17</sup>, para se lançar luz sobre esta tão polêmica e difícil questão, eu me apoiei, aleatoriamente, em algumas interpretações de autores de língua inglesa como: David Ross, Stephen Halliwell e Malcolm Heath. Essas interpretações por mais que não sejam definitivas, iluminam aquilo que os olhos do leitor muitas das vezes não podem alcançar no texto aristotélico, além de alimentarem com suas refinadas análises a discussão mais especializada sobre o assunto. Todos três valorizam da *Poética* o seu caráter universalista de formular cânones necessários para a realização de uma obra de arte (no caso a tragédia) bem sucedida, por isso, esta passagem é de tão grande importância.

Sir David Ross, em *Aristotle*<sup>18</sup>, na parte dedicada à *Poética*, oferece ao leitor uma indicação de que forma se pode pensar a universalidade atribuída à poesia por Aristóteles, ele recorrerá à definição de tragédia estabelecida no cap. 6 da obra. É de conhecimento público, que quase a totalidade da *Poética*, que nos restou, é dedicada ao estilo da tragédia<sup>19</sup> a qual é definida como:

---

<sup>17</sup> Há um número considerável de interpretações sobre a *Poética* 9, principalmente, em artigos e comentários, em nota, às traduções nas mais variadas línguas, na minha referência bibliográfica, eu selecionei alguns desses estudos, entretanto, o número ausente é muito superior.

<sup>18</sup> Cf. Ross, David, *Aristotle*. Sixth edition. London and New York: Routledge, 1995. Pp. 175-182.

<sup>19</sup> Não posso aqui discorrer sobre as implicações da generalidade da poesia como sendo universal a todos os outros gêneros poéticos, pois alguns deles, por ex., os poemas jâmbicos não aspiram à universalidade, o que implicaria uma análise mais sucinta de cada gênero, mostrando a peculiaridade de seus fins.

[...] a imitação (*mimesis*) de uma ação que é séria e também **completa em si mesma**, possuindo certa extensão, elaborada numa linguagem ornamentada, e com as várias espécies de ornamentos distribuídas nas diversas partes do drama; representada numa forma dramática e não numa narrativa; com peripécias capazes de provocar piedade (*eleos*) e temor (*phobos*), por meio dos quais se realiza a purificação de tais emoções.<sup>20</sup>

Da definição de tragédia como algo “completa em si mesma” - supervalorizada por Sir Ross -, Aristóteles enumera os seus elementos segundo a seguinte ordem de importância: 1º, os elementos envolvidos no objeto representado - o enredo, o caráter<sup>21</sup> e o pensamento; 2º, os elementos envolvidos nos meios de representação - dicção (incluindo linguagem e ritmo) e melodia; 3º, o elemento envolvido no mundo da representação - o espetáculo. E é voltando-se para o enredo que o filósofo acrescenta que a sua unidade reside não em ter um homem como tema, mas um todo. Ross, citando Aristóteles, diz: “O enredo... deve representar uma ação, uma totalidade completa, com os seus vários agentes e acidentes, ligados tão intimamente que, se transpusermos ou mutilarmos uma de suas partes, desarticulamos e separamos o todo”. Segundo o tradutor inglês, é esta a única unidade que Aristóteles prescreve, e não poderia conceber uma prescrição mais sensata nesta matéria. Assim, citando novamente o filósofo, diz: “a função do poeta consiste em descrever, não o que passou, mas a espécie de coisa que deveria passar”. É neste sentido, segundo Ross, por referência à sua unidade interna e não à generalidade, que Aristóteles descreve a poesia como exprimindo coisas mais universais do que expressa à história.<sup>22</sup>

Outra possibilidade de se compreender o grau de universalidade conferido à poesia, em a *Poética* 9, é apresentada por Halliwell, tanto em seus comentários feitos à obra de Aristóteles em sua tradução<sup>23</sup> para o inglês quanto em seu livro<sup>24</sup> sobre o texto aristotélico. Segundo o comentador, além da divulgada posição contrária à crítica de Platão aos poetas nos livros III e X da *República*, os conceitos apresentados na *Poética* 9 e as suas consequências são de suma importância para a compreensão do tratado, sobretudo, no que

<sup>20</sup> *Poética* 6. 1449b24-28. O grifo é nosso.

<sup>21</sup> Há uma grande polêmica entre os intérpretes acerca da primazia que tem o enredo em relação ao caráter na *Poética*.

<sup>22</sup> Cf. Ross, (1995). P. 180.

<sup>23</sup> Cf. Halliwell (1987).

<sup>24</sup> *Aristotle's Poetics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

concerne a universalidade da poesia<sup>25</sup>, nessa passagem específica, frente à história. E, por isso, a universalidade da *Poética* 9 deve ser pensada em um contexto que envolve também os capítulos 7 e 8, estabelecendo assim critério de unidade ao poema. Halliwell afirma que de 7 a 9 da *Poética* compreende uma seção do argumento voltada para estabelecer a unidade<sup>26</sup> e ainda vê o foco como o princípio da necessidade ou probabilidade<sup>27</sup>. Em a *Poética* de 7 a 9, em sequência, se explora a noção de ação decorrente da definição de tragédia em a *Poética* 6 - tal qual Ross, como foi visto acima - por meio da articulação do que Halliwell chama de unidade poética de um enredo, a saber, que um enredo deriva sua a unidade da imitação de uma única ação. O universal (*katholou*), na poesia, por conseguinte, não apresenta grandes dificuldades de ser compreendido, segundo o comentador inglês, uma vez que aparece na medida em que o enredo se desenvolvendo deve se articular segundo o provável<sup>28</sup> ou necessário, referido em a *Poética* 7, dizer que a tragédia imita uma ação que é completa significa que a ação tem um começo, meio e fim, sendo o fim o que ocorre necessariamente ou provavelmente nos mais das vezes (*hôs epi to polu*)<sup>29</sup>, culminando na *Poética* 9<sup>30</sup>. Não cabendo, portanto, na *Poética* a universalidade estrita do tipo “todo A é B”, aplicada às chamadas ciências teóricas.

Malcolm Heath - o qual eu me detive mais na análise devido à abrangência da sua interpretação que me parece abarcar tanto a interpretação de Ross quanto a Halliwell - em extraordinário artigo, *The universality of poetry in Aristotle's Poetics*, publicado na *Classical Quarterly* 41 (1991), pp. 389-402, vai ressaltar a universalidade da tragédia através da sua finalidade. Para Heath, o próprio capítulo 9 da *Poética* proporciona uma boa pista para se compreender a universalidade da poesia aí enunciada, pois, Aristóteles após ter introduzido o conceito de universal: “a poesia é algo mais filosófico e sério do que

---

<sup>25</sup> Cf. Como já mencionamos acima, Halliwell, assim como Ross e Heath valorizam o caráter universalista da *Poética* de formular cânones necessários para a realização uma obra de arte bem sucedida.

<sup>26</sup> Cf. Halliwell (1987), p. 98.

<sup>27</sup> Halliwell (1998), p. 99-106.

<sup>28</sup> Na *Retórica* 1357a34, o provável (*to eikos*) é identificado com “o que acontece nas mais das vezes” (*hôs epi to polu ginomenon*), cf. também *Analíticos Anteriores* 70a4.

<sup>29</sup> Cf. *Poética* 7. 1450b30.

<sup>30</sup> Embora a análise sustentada sobre o provável e o necessário culmine na *Poética* 9, a expressão é invocada repetidamente em todo o tratado. Cf.: *Poética* 7. 1450b29-30, 1451a13-14; *Poética* 8. 1451a27-28; *Poética* 10.1452a20; *Poética* 11. 1452a24; *Poética* 15. 1454a34; *Poética* 17. 1455a16-20; *Poética* 18. 1456a23-25; *Poética* 19. 1456b4; *Poética* 24. 1460a23-24.

história, pois aquela se refere ao universal e esta ao particular” (1451b5-6), ele, em seguida, explica-o: “Por universal, entendo que espécies de coisas um indivíduo de natureza tal vem a dizer ou fazer provavelmente ou necessariamente” (1451b8-9). Segundo Heath, o “universal” deve ser compreendido, aí, no sentido, daquilo que tem como fim a conformidade com a necessidade ou probabilidade que são princípios gerais e imediatos. Todavia, chama atenção para o fato de que Aristóteles afirma que a poesia é mais filosófica e mais séria porque é universal; disso, não concluí que a poesia seja universal, a fim de ser mais filosófica e mais séria<sup>31</sup>. Resulta disso, que a seriedade filosófica não é o fim da poesia trágica, mas trata-se de um valioso acessório, consequência da universalidade que a poesia aspira, no exercício de apenas, na medida em que ela serve a algum outro fim e esse deve ser encontrado em outras partes da obra. O fim da poesia, apresentado no capítulo 25, 1460 b 23-6, segundo Heath, é o efeito emocional; de igual modo, a finalidade do poeta trágico é o de permitir o prazer característico da tragédia através da piedade (*eleos*) e do temor (*phobos*) (cf. cap. 14, 1453b10-13). Por isso, a centralidade do efeito emocional na tragédia se reflete na gama de contextos em que é invocada: seja defendendo a primazia do enredo em relação ao caráter (1450a30-5); seja defendendo a superioridade do complexo sobre as parcelas simples; e nas análises mais elaboradas que constituem um bom enredo dramático nos capítulos 13 e 14. Até mesmo a extensão do enredo dramático é determinada com referência indireta ao temor e à piedade em 1451a11-15, desde que fique claro que a alteração da situação que fornece o critério da extensão é exigida como a própria base da resposta emocional. Em última instância - o que é óbvio e ululante -, a finalidade da tragédia é de produzir as emoções de temor e piedade.<sup>32</sup> A partir disso, como chama atenção Heath, segue o lugar central que a mudança de fortuna tem na teoria aristotélica da tragédia. A mudança de fortuna é uma ação no sentido técnico da *Poética*, ou seja, uma série de eventos resultantes das ações de uma pluralidade de agentes - ela é legítima para especificar “as ações de agentes”, porque as boas e as más fortunas pressupõem agenciamentos.

---

<sup>31</sup> Cf. Malcolm Heath (1991), p. 399.

<sup>32</sup> Cf. *ibidem.*, p. 400.

A tragédia é então uma imitação de eventos temerosos e piedosos e está, conseqüentemente, preocupada com boas e más fortunas e com a transição entre elas. Uma vez que boas e más fortunas implicam agenciamentos, verifica-se que o drama está preocupado com as sequências de acontecimentos que são constituídos pela interação dos agentes; o que quer dizer que, a tragédia é a imitação de uma ação (no sentido técnico). Mas, de uma ação unificada, ou seja, é uma imitação de algo unificado, e uma ação unificada é uma ação que é completa e totalizada (1451 a 30-2). Uma ação completa e totalizada é definida em termos de decorrência da necessidade ou probabilidade (1450 b 26-30). Portanto, a tragédia, segundo Heath, deve se preocupar com as sequências de acontecimentos constituídos pela interação dos agentes que estão em conformidade com a necessidade e a probabilidade. Este é o caso em que a tragédia pode ser universalizada.<sup>33</sup>

As últimas etapas deste argumento, para Heath, podem parecer demasiado abstratas. Pois, uma vez, concebida a tragédia como imitação de uma ação, qual a razão para definir uma ação, de tal forma que, uma ação unificada é aquela que satisfaça a condição de necessidade ou probabilidade da sequência? Aristóteles pode defender a sua posição com um argumento mais concreto, e que confirma a sua tentativa de estabelecer uma conexão entre a aspiração à universalidade e ao efeito emocional da tragédia. Como chama atenção Heath, Aristóteles está alegando, por conseguinte, que a ligação em conformidade com a necessidade e a probabilidade aumenta o efeito emocional que é a finalidade da tragédia: “A melhor espécie de reconhecimento é aquela que resulta provavelmente das mesmas ações e causa uma forte emoção” (cf. cap.16, 1455a16-17). Se isso for verdade, então claramente que é razoável definir a ação da tragédia como uma imitação de tal modo que a sequência necessária ou provável seja uma condição da sua completude ou integralidade. Assim, a aspiração à universalidade da tragédia é uma consequência do efeito emocional que é essencial para a sua finalidade; a tragédia aspira à universalidade, pois que, na prática, é o melhor caminho para atingir o seu fim emotivo. Por isso, é fácil ver porque a universalidade pode ser comprometida se em uma determinada ocasião irá reforçar o efeito emocional. Uma vez que a universalidade da tragédia tenha sido deduzida a partir do fim da tragédia em si, e não a partir de uma proposição geral sobre a poesia, também se pode ver

---

<sup>33</sup> Ibidem e idem.

por que razão alguns gêneros poéticos, como o jâmbico, por exemplo, não são e não aspiram à universalidade, pois os poetas deste gênero se referem a indivíduos particulares (Cf. Cap. 9, 1451b 13-14), assim como os historiadores. Daí, serem eles adequadamente avaliados intrinsecamente inferiores se comparados à universalização do gênero trágico, pela razão dada na *Poética* 9, eles são menos filosóficos e sérios.

### Para não concluir

Essas interpretações alternativas e complementares de David Ross, Halliweel e Malcolm Heath, da polêmica passagem da *Poética* 9 são possibilidades de análises que estão longe de exaurir à aporética afirmação de Aristóteles, segundo a qual, “a poesia enuncia verdades universais”. Entretanto, são possibilidades de interpretações entre outras tantas que as antecedem e que surgiram depois, elas inspiram e ajudam a refletir sobre este tratado exitoso de Aristóteles de mais de dois mil anos, de difícil alcance e compreensão.

### Referências Bibliográficas:

- ARISTOTELES. *The Complete Works of Aristotle*. . Editada por Jonathan Barnes: In 2 Vol., sixth printing. Princetion, New Jersey: Princeton University Press, 1995.  
----- *Poética*. Trad. De Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998.  
----- *The Poetic of Aristotle*. Translation commetary of Stephen Halliwell. Trad. Steph Halliwell, sixth printing. Chapel Hill: The University North Carolina Press, 1987.
- DESCARTES, R. Discurso do Método. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980.
- CARLI, S. “Poetry is More Philosophical than History: Aristotle on Mimesis and Form.” *Review of Metaphysics* 64. 2010. P. 303–336.  
----- “Aristotle on the Philosophical Elements of *Historia*.” *Review of Metaphysics* 65. 201. P. 321–349.
- COLLINGWOOD, R.G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1946.
- FINLEY, M. “Myth, Memory, and History.” In: *Use and Abuse of History*. New York: Penguin.1987. P. 11–33.
- HEATH, Malcolm. “The universality of poetry in Aristotle’s Poetics”. In *Classical Quarterly* 41. 1991. P. 389-402.  
----- “Aristotle on the Best Kind of Tragic Plot: Re-reading Poetics 13–14”. In: *Reading Aristotle: Argument and Exposition*. Edited by William Wians and Ron Polansky. Boston: Brill, 2017. P. 334-35.

- HALLIWELL, Stephen. *Aristotle's Poetics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- HUSSERL, E. *Philosophie als strenge Wissenschaft* (1911). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1965.
- LOCKWOOD, Thornton C. "Aristotle on the (Alleged) Inferiority of History to Poetry". In: *Reading Aristotle: Argument and Exposition*. Edited by William Wians and Ron Polansky. Boston: Brill, 2017. P. 315-333.
- POPPER, K. *The Poverty of Historicism*. (1957). London and New York: Routledge Classics, 2002.
- ROSS, David. *Aristotle*. Sixth edition. London and New York: Routledge, 1995.
- SCHOPENHAUER, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung* II. Werke in Fünf Bänden. Zürich, Haffmans Verlag, 1988.
- TEIXEIRA FILHO, D. A. "Prolegômenos à Crítica Husserliana ao Historicismo". *Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)*, v. 8, p. 119-129, 2006.
- ZINGANO, Marco. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.
- "Regras Práticas e Condificabilidade no Pensamento Grego Antigo. In: *Os Gregos e Nós*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.
- "Action tragique et plaisir esthétique selon Aristote". Paru das P. Destrée & C. Talon-Hugon, *Le Beau et le Bien*, Ovidia, 2012.

Recebido em março 2019  
Aceito em maio 2019